

ARQUIVÍSTICA RELIGIOSA E PATRIMÓNIO DOCUMENTAL DA IGREJA CATÓLICA

1. Balanço do I Curso de Arquivística Religiosa

De 18 a 20 de Setembro de 1997, realizou-se na Universidade Católica Portuguesa o I Curso de Arquivística Religiosa, por iniciativa do Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR). A organização deste curso constituiu um momento privilegiado para o início de uma reflexão aprofundada sobre o tema e, mais especificamente, sobre o património documental da Igreja Católica em Portugal.

A colaboração prestada pelo Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, tanto na preparação quanto na concretização da iniciativa, foi sinal de um espírito de abertura e cooperação que interessa potenciar. Desde o primeiro encontro de trabalho que a Direcção daquele Instituto manifestou vontade firme de apoio à realização do Curso. O seu envolvimento contribuiu para atestar da seriedade e valor de uma iniciativa que, pela especificidade do seu âmbito e relativo desconhecimento dos objectivos da história religiosa, provavelmente não teria obtido tão facilmente o devido reconhecimento público.

Numa perspectiva global, a oportunidade do Curso resultou fundamentalmente de duas ordens de razão: por um lado, a crescente sensibilidade que existe na sociedade portuguesa relativamente à necessidade de salvaguarda e preservação do seu património cultural, no qual se deve incluir o património documental e arquivístico; por outro lado, o progressivo reconhecimento que a História Religiosa constitui hoje uma área especializada do saber que não se confina à tradicional história eclesiástica, nem pode ser reduzida a uma perspectiva confessional, por mais aberta que esta se apresente.

A realização do Curso correspondeu globalmente a dois dos objectivos traçados: «a) reflectir sobre os objectivos e métodos da arquivística religiosa; b) congregar, conhecer e motivar os profissionais e estudiosos que trabalham nesta área».

No que se refere à criação de «condições para a institucionalização em Portugal da arquivística religiosa como disciplina específica», terceiro objectivo do Curso, torna-se necessário uma avaliação mais cuidada e aprofundada. Neste sentido, há que considerar nomeadamente os seguintes aspectos:

1) a iniciativa suscitou grande adesão junto do conjunto de públicos para que o Curso foi pensado, com o total de 201 inscritos;

2) a participação de vários responsáveis institucionais - representantes dos arquivos nacionais, distritais e municipais, de várias dioceses e congregações religiosas masculinas e femininas, assim como de alguns organismos eclesiais - foi sinal de que a sua realização veio ao encontro de uma necessidade e terá correspondido a algumas das expectativas existentes;

3) as perspectivas de trabalho enunciadas pelos diversos oradores na Mesa-redonda de encerramento do Curso evidenciaram a necessidade de se definir uma estratégia coordenada entre os vários intervenientes no processo.

2. Em ordem a um plano global de acção

Assim, e no sentido de permitir alargar e aprofundar a reflexão por parte de todos os responsáveis, esquematizam-se algumas das pistas de reflexão avançadas naquela ocasião, em ordem à eventual definição de um plano global de acção, no campo da arquivística religiosa:

1. É necessário continuar a desenvolver e intensificar uma acção pedagógica junto de todos os intervenientes neste processo, em ordem à mobilização, conhecimento e troca de experiências em curso.

2. A definição de uma política mais uniforme neste sector deve ser feita a partir do envolvimento e diálogo entre todas as instituições intervenientes, assim como da participação qualificada dos profissionais da arquivística, dos responsáveis religiosos e outros agentes culturais.

3. Qualquer iniciativa que vise contribuir para a institucionalização da arquivística religiosa e/ou eclesiástica como disciplina específica no âmbito geral da ciência arquivística, deve respeitar as múltiplas sensibilidades existentes, mas simultaneamente ser capaz de gerar um projecto articulado assente na sectorialização de propostas, relativamente aos diversos tipos de arquivos (arquivos eclesiásticos - arquivos diocesanos, arquivos de congregações religiosas, arquivos de associações de fiéis, arquivos de misericórdias, arquivos de confrarias, etc. -, arquivos estatais e outros) e na relação entre as várias instituições envolvidas (arquivos privados e públicos, organismos eclesiais e estatais, centros de estudo e associações profissionais, etc.).

4. A necessidade de profissionalização é uma prioridade que todas entidades envolvidas reconhecerão, mas que urge desenvolver, seja a nível das instituições religiosas detentoras de significativos acervos documentais, seja a nível das instituições ligadas à formação de pessoal especializado, nomeadamente técnicos superiores, técnicos-adjuntos e investigadores na área da arquivística. Neste sentido, a criação de uma associação de arquivistas que trabalhem em arquivos com fundos religiosos é um projecto a reflectir e desenvolver, numa perspectiva de médio prazo.

5. A curto prazo, outras iniciativas sugeridas e que parece possível desenvolver são: a elaboração e publicação de instrumentos de trabalho, em português e adaptados à realidade nacional; a preparação de um guia de arquivos; a continuação da formação de agentes técnica e cientificamente preparados para lidar com esta realidade.

6. A nível imediato, e no que se refere especificamente à acção da Igreja católica, foi referida a necessidade de se desenvolver uma formação específica para os seus agentes pastorais, nomeadamente através da criação de uma disciplina de «História e Arquivística Religiosa», nomeadamente nas licenciaturas de Teologia e Ciências Religiosas, assim como o seu tratamento noutros cursos da área de Ciências Humanas.

7. A par do recrutamento e formação de pessoal técnico especializado, urge continuar e aprofundar a reflexão a nível científico, de modo a aperfeiçoarem-se critérios e metodologias específicas à área documental de natureza religiosa. Neste aspecto, o contacto com o trabalho já desenvolvido noutros países e o recurso a especialistas estrangeiros deve ser continuado.

8. A diversidade de instituições locais ou nacionais envolvidas no domínio da arquivística religiosa pode colocar algumas dificuldades iniciais no que se refere à compatibilização de perspectivas, interesses e calendarização de iniciativas, mas simultaneamente oferece potencialidades que não podem ser ignoradas. No actual contexto não é possível avançar de forma mais ou menos voluntarista, antes se exige determinação por parte dos diversos responsáveis envolvidos neste processo, a par da definição dos níveis de intervenção em causa e estabelecimento de programas de cooperação.

3. Importância do património documental da Igreja Católica

De entre as várias instituições envolvidas nesta área, a Igreja Católica é «a instituição não estatal que possui maior número de arquivos e fundos documentais de grande importância» - conforme o reconheceu o Director do IAN/TT, José Mattoso, numa declaração sobre o I Curso de Arquivística Religiosa. «No entanto, a maioria das pessoas encarregadas destes arquivos não possuem formação especializada e por vezes nem sequer os conhecimentos necessários para garantir devidamente a preservação e a gestão de tais fundos» - constata-se também no mesmo documento.

O diagnóstico do Prof. Carlos Azevedo, Presidente da Direcção do CEHR, feito na sessão de encerramento do Curso aponta no mesmo sentido: «Era já hora de metermos ombros a esta problemática porque apesar de conhecermos a delicadeza dos avanços por parte dos arquivos de instituições religiosas e particularmente eclesiástica, damos conta da posição criada e dos passos largos dados pelos arquivos civis com fundos de origem religiosa. O crescer das Ciências da Documentação veio permitir uma rápida evolução nas formas de organizar os arquivos, de classificar e ordenar os documentos, descrever e processar electronicamente a informação, das exigências de instalações, da urgência de conservação-expurgo. Assim, se os arquivos ditos eclesiásticos - desde os paroquiais aos diocesanos, passando pelos das congregações religiosas e das confrarias - estavam na maioria em grande estagnação, vivem agora o acréscimo da distância para recuperar o tempo perdido.»

O convergente diagnóstico, acima traçado, coloca os responsáveis eclesiais perante uma enorme responsabilidade. No actual contexto social e cultural, torna-se inadiável o avanço do trabalho na área da salvaguarda e preservação do património documental produzido pela Igreja católica a nível local, paroquial, diocesano e nacional, assim como a questão da acessibilidade a este, mormente a documentação com interesse para a História. São as próprias instâncias da Santa Sé que alertam para essa necessidade. Numa importante Carta circular publicada pelas Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja, a 2 de Fevereiro de 1997 e intitulada «A função pastoral dos arquivos eclesiásticos», pode ler-se: «É de desejar que a Igreja se torne promotora da organização dos arquivos, sublinhando a sua importância cultu-

ral, sobretudo onde não existe suficiente sensibilização relativamente a eles por parte dos organismos civis. É oportuno coordenar entre si todos os arquivos eclesiásticos que já existem no seio de uma Igreja particular, quer dependam quer não da autoridade do bispo diocesano. Este património pode tornar-se um ponto de referência e encontro, inspirador de iniciativas culturais e investigações históricas, em colaboração com os institutos especializados das universidades eclesiásticas, católicas, particulares ou do Estado».

Embora as diversas instâncias envolvidas possam desencadear e desenvolver iniciativas próprias, o trabalho nesta área exige a cooperação e coordenação a nível nacional. Nesta perspectiva o papel da Conferência Episcopal Portuguesa e, a outro nível, o da Conferência Nacional dos Superiores Maiores dos Institutos Religiosos (CNIR) e da Federação Nacional das Superiores Maiores dos Institutos Religiosos Femininos (FNIRF) revelam-se fundamentais.

Entre as tarefas mais urgentes a desenvolver, registam-se: a continuação e aprofundamento da sensibilização das dioceses, paróquias, associações de fiéis, ordens e congregações religiosas, entre outras instâncias eclesiais; e a planificação de uma política integrada que, sem procurar a uniformidade e tendo em atenção a diversidade de situações, possa contribuir para o início de um trabalho institucional de longo prazo. Na definição dessa política, três aspectos merecem particular realce:

- 1) o enquadramento geral em que o trabalho se vai desenvolver, visando nomeadamente uma reflexão acerca da natureza e objectivos dos arquivos eclesiásticos;
- 2) a clarificação de responsabilidades e a articulação entre os diversos organismos e instituições católicas, nos seus diversos âmbitos de acção;
- 3) o estabelecimento de condições relativas à conservação, organização e acessibilidade à documentação produzida, numa perspectiva de gestão integrada dos arquivos existentes ou a criar.

Ainda neste capítulo, registre-se também a proposta publicamente apresentada pelo Prof. Bernardo Vasconcelos e Sousa, Sub-Director do IAN/TT, na mesa-redonda do encerramento do Curso, invocando como exemplo o que se passa na vizinha Espanha: «Uma iniciativa deste teor, entre nós, baseada na cooperação entre a Igreja e o Estado, com vista à inventariação de fundos documentais [e em ordem à elaboração conjunta de um Guia de fundos eclesiásticos, estejam ou na posse da Igreja ou do Estado] teria um alcance em relação aos quais não valerá a pena alongar-me. Ganhar-se-ia, e ganhar-se-ia mutuamente, em termos de segurança, em termos de conservação e em termos de organização desse vasto património documental. Salvaguardando-se questões de segurança e de confidencialidade, a definir em tempo oportuno, poder-se-iam disponibilizar os inventários produzidos, bem como o acesso à própria documentação. E com esse *descoberta*, ou essa redescoberta, com essa revivificação de um património documental tantas vezes desconhecido ou esquecido estou certo que ganharíamos todos. É um desafio que não podemos ignorar.»

Qualquer que seja a avaliação e definição da prioridade que os responsáveis eclesiais venham a desenvolver, torna-se necessário o concurso especializado de

pessoas e instituições. De entre elas, no campo científico e cultural, ressalta o papel da Universidade Católica Portuguesa e, mais especificamente, do seu Centro de Estudos de História Religiosa.

4. O papel do Centro de Estudos de História Religiosa

O papel que o CEHR poderá desempenhar em todo este processo deverá ser definido, em função das necessidades detectadas e a partir da articulação entre o que lhe vier a ser solicitado e aquilo que, autonomamente, ele poderá oferecer. É nesta perspectiva, e tendo em atenção o trabalho já realizado e os contactos pessoais e institucionais desenvolvidos, que se apresentam algumas propostas. Não se trata, nesta fase, de definir compromissos mas apenas se sublinhar perspectivas de acção.

1. A organização e publicação de um recenseamento nacional relativo à documentação religiosa existente, com o envolvimento da rede nacional de arquivos, constituirá o melhor meio de estabelecer um diagnóstico global, estabelecendo-se um ponto de situação e identificando-se os aspectos que permitirão definir uma futura política de intervenção. Este trabalho obrigará à definição e estabelecimento de metodologias de trabalho, à constituição de equipas de trabalho e à calendarização de iniciativas, num projecto global a desenvolver no período de 2 a 3 anos. Tal projecto necessita financiamento próprio, na ordem de alguns milhares de contos.

2. A organização de projectos-pilotos, a nível de algumas instituições, permitirá apurar «metodologias normalizadoras» de intervenção a partir do tratamento arquivístico de fundos documentais específicos ou de organização de arquivos eclesiásticos existentes ou a criar.

3. A formação de agentes técnicos preparados deverá prosseguir a dois níveis: a) formação de base, nomeadamente a nível de técnicos-adjuntos de arquivos, que deverá ser feita em colaboração com as instituições formadoras existentes, nomeadamente a BAD, a quem se poderá propor a introdução de uma cadeira de História Religiosa e Arquivística e de estágio em arquivos com fundos religiosos; b) a formação de responsáveis e técnicos especializados, com formação de base, no sentido de se aprofundar questões específicas no domínio da arquivística religiosa, em modalidade semelhante à do I Curso de Arquivística Religiosa, com os ajustes considerados necessários à concretização deste objectivo.

4. A produção e publicação de instrumentos de trabalho será uma área complementar de acção a desenvolver.

Que conclusão?

A interrogação formulada na sessão de encerramento do I Curso de Arquivística Religiosa pelo Presidente da Direcção do CEHR persiste: «Seremos capazes de lançar as bases para uma maior institucionalização em Portugal da arquivística religiosa, à semelhança do que existe com proveito noutros países nossos vizinhos?»

«Em todos os intervenientes na formação e nos participantes no debate verificámos a consciência viva da ousadia deste encontro para não pararmos nos lamentos grandiosos do ainda-não realizado, mas nos aventurarmos aos passos humildes de um presente transformado.

«Chegou a hora de ultrapassar medos de perda da posse de documentação que é herança comum. A responsabilidade pela memória é tarefa ética de cidadãos conscientes».

O desafio permanece, cada dia mais actual.

Paulo Fontes



ACTIVIDADES DO CEHR

Projectos de investigação no ano lectivo de 96/97

No ano lectivo de 1996/1997 o Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR), continuou mobilizado pela preparação de duas obras de vulto que, sob a sua responsabilidade científica, vão ser editadas pelo Círculo de Leitores: um *Dicionário* e uma *História Religiosa de Portugal*.

Por outro lado, os seus membros da área de História Contemporânea continuaram a trabalhar no âmbito de um projecto de investigação sobre «O Movimento Católico e a Presença da Igreja na Sociedade Portuguesa». Neste quadro, foi iniciado o trabalho de constituição de uma Base de Dados sobre a «Imprensa Católica no Século XX», cujos objectivos e metodologia de trabalho se apresentam num texto publicado neste tomo, na secção de Notas de Investigação.

Mesas-Redondas

Também neste período se realizaram várias iniciativas públicas, de que se registam duas mesas-redondas: uma no dia 6 de Novembro, em Lisboa, sobre «A figura e a obra do Pe. Joaquim Alves Correia»; e outra no dia 5 de Dezembro de 1996, também em Lisboa, sobre «500 Anos da expulsão dos judeus de Portugal».

A primeira iniciativa foi realizada na sequência da publicação da obra *Pe. Joaquim Alves Correia (1886-1951): Ao Serviço do Evangelho e da Democracia*, da autoria do Pe. Francisco Lopes e editada pelo Rei dos Livros. Para além do autor, a mesa-redonda contou com a intervenção do Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz, que moderou o debate; do Prof. Doutor Anselmo Borges da Universidade de Coimbra, que versou o tema «O pensamento teológico e filosófico do Pe. Joaquim Alves Correia»; e do Dr. Matos Ferreira, do CEHR, que interveio sobre «O Pe. Joaquim Alves Correia, a democracia e a problemática missionária». A iniciativa contou com a presença de mais de uma centena de pessoas, entre as quais o Doutor Mário Soares, que também acabou por fazer uma breve alocução sobre a importância da